PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO
1ª VARA DO TRABALHO DE LUCAS DO RIO VERDE - MT
vtlucas1@trt23.jus.br - (65) 99287-3746

EDITAL DE ALIENAÇÃO JUDICIAL

O(A) Doutor(a) André Gustavo Simionato Doenha Antonio, Juiz(íza) Titular da 1ª Vara do Trabalho de Lucas do Rio Verde/MT, no uso de suas atribuições legais, torna público que fará realizar a alienação judicial dos bens penhorados nos autos do processo abaixo identificado, sob as condições adiante descritas:

Data do 1º LEILÃO: **04/09/2025, das 08:30h às 14:30h** - Início de lances via internet: 25/08/2025.

Data do 2º LEILÃO: **18/09/2025, das 08:30h às 14:30h** - Início de lances via internet: 08/09/2025.

Local: Rua Engenheiro Edgard Prado Arze, 191, Centro Político Administrativo, Cuiabá/MT, 6º. andar do Prédio Administrativo do TRT da 23ª Região (**Auditório do CEFOR**).

Leiloeiro(a): Conceição Maria Fixer www.mariafixerleiloes.com.br, telefone **0800 707 9272**.

Da Arrematação: 1º LEILÃO – lance mínimo de 100% do valor de avaliação (ou valor e condições fixados pelo juiz da execução).

2º LEILÃO – lance mínimo fixado pelo juiz da execução.

O 2º LEILÃO prosseguirá no dia útil imediato, à mesma hora em que teve início, independentemente de novo edital, se for ultrapassado o horário de expediente forense.

A alienação será realizada, simultaneamente, nas modalidades **PRESENCIAL** e **ELETRÔNICA**.

O portal web www.mariafixerleiloes.com.br, onde se desenvolverá a alienação eletrônica, já estará disponível para recebimento de lances antecipados 10 (dez) dias antes do primeiro e do segundo leilões presenciais.

Quem pretender ofertar lance de modo presencial deverá comparecer no local, dia e hora acima mencionados, munido dos seguintes documentos:

- I. Pessoa física: documento de identificação pessoal com fotografia e CPF. Nos casos de arrematação de bens imóveis, os casados ou que convivem em união estável deverão informar o nome e CPF do cônjuge ou companheiro(a).
- II. Pessoa jurídica: cópia do Contrato Social com as respectivas alterações e documentos pessoais do titular ou seu representante legal.
- III. Participação por procuração: A procuração deverá conter poderes específicos para o ato de arrematação.

Aquele que quiser participar da alienação judicial, via internet, deverá cadastrar-se previamente no site do leiloeiro, acima informado, ficando ciente de que o cadastramento implicará na aceitação integral das disposições da R.A. SECOR N. 299/2016, que aprovou o Provimento n. 03/2016, atualizado pela R.A SECOR N. 12/2021, disponível no link <http://portal.trt23.jus.br/portal/leil%C3%B5es>, na aba “Regulamentação”, do sítio eletrônico deste Tribunal Regional (www.trt23.jus.br), bem como das condições estipuladas neste edital.

A aprovação do cadastro e as informações necessárias (login e senha) para acesso ao sistema, onde se desenvolverá a alienação eletrônica, serão comunicadas através do e-mail informado pelo usuário, que se responsabilizará por todas as negociações realizadas em seu código, com o uso da respectiva senha.

ADVERTÊNCIAS:

1. O leilão terá início às 08h30, nas datas designadas, de forma presencial no **Auditório do CEFOR**, no 6º. andar do Prédio Administrativo do TRT da 23ª Região, com transmissão simultânea ao vivo pelo site endereço: (www.mariafixerleiloes.com.br), com a possibilidade de dar lances on-line. Os lotes serão apregoados na ordem crescente. Em caso de oferta de lance, o leiloeiro abrirá a disputa com cronômetro regressivo (controlado pelo sistema) e nenhuma disputa por lote será encerrada antes do término da contagem regressiva por, no mínimo, 3 (três) minutos abertos sem o recebimento de lance.
2. Os lotes não arrematados durante a sua chamada permanecerão em aberto para receber lance até o término do leilão às 14h30. Todavia, em caso de recebimento de lance (presencial ou on-line), antes do horário de seu encerramento, o leiloeiro abrirá a disputa com cronômetro regressivo (controlado pelo sistema), na forma descrita no item anterior. Caberá à parte interessada ficar atenta às disputas e lances ofertados no transcorrer do leilão (presencialmente ou on-line), desde o horário de início do evento, sob pena de deixar precluir o seu direito de arrematação.
3. Os bens serão vendidos no estado de conservação em que se encontram, sem garantia, constituindo ônus do interessado verificar suas condições antes da alienação judicial.
4. Fica o arrematante ciente de que pagará, no ato da arrematação, a comissão do leiloeiro – no percentual de 5% (cinco por cento) sobre o valor da arrematação – que não poderá ser incluída no valor do lance.
5. Sempre que houver o parcelamento do valor da arrematação, a primeira parcela deverá ser paga à vista, ficando o arrematante como fiel depositário do bem (art. 264, § 1º, da Consolidação Normativa dos Provimentos do TRT da 23ª Região).
6. A arrematação será desfeita se o arrematante inadimplir alguma das parcelas no prazo assinalado, caso em que perderá, em favor da execução, os depósitos já efetuados (art. 265 da Consolidação Normativa dos Provimentos do TRT da 23ª Região).
7. Quem pretender arrematar, adjudicar ou remir ditos bens deverá estar ciente de que à espécie aplicam-se os preceitos da **Consolidação das Leis do Trabalho (CLT)**, da **LEI N.º 6.830/1980** (que dispõe sobre a cobrança judicial da Dívida Ativa da Fazenda Pública) e do **Novo Código de Processo Civil**, observada a ordem de citação, a omissão e a compatibilidade, principalmente dos dois últimos institutos.

8. Deverá, ainda, observar o disposto no art. 273, §§ 2º e 4º, da Consolidação Normativa dos Provimentos do TRT da 23ª Região, disponível no link <https://portal.trt23.jus.br/portal/leiloes>, na aba “Regulamentação”, do sítio eletrônico deste Tribunal Regional (www.trt23.jus.br), que regulamenta o pagamento ao leiloeiro Oficial.

9. Caso não sejam científicas da alienação judicial, por qualquer motivo, quando da expedição das respectivas notificações postais, ficam as partes intimadas por meio deste edital, observado o disposto no parágrafo único do art. 274 CPC.

PROCESSO: 0000192-85.2022.5.23.0101

AUTOR: JOSIMAR EPIFANIO DA SILVA

ADVOGADO: Itamar de Camargo Vieira Junior, OAB/MT 13224

RÉU: IRENE DA SILVA SERVICOS E OUTROS

ADVOGADO: Carlos Thiago Jirschik da Cruz, OAB/SP 264370

DESCRIÇÃO DO BEM: Lote de terreno sob n. “34” na quadra “G”, do loteamento denominado Parque Santo André, situado no Município de Hortolândia, na comarca de Sumaré/SP, matrícula 95.210 do Livro n. 2 do Registro de Imóveis de Sumaré/SP, medindo 10,00 metros de frente para a Rua 7; igual medida nos fundos onde confronta com o lote 05, por 25,00 metros da frente aos fundos em ambos os lados, confrontando pelo lado direito de quem da rua olha para o imóvel com o lote 33 e pelo lado esquerdo confronta com o lote 35, com a área de 250,00 metros quadrados.

GRAVAMES:

-AV-11/95.210: INDISPONIBILIDADE: expedido pela Central Nacional de Indisponibilidade de Bens, gerado pelo Protocolo de Indisponibilidade 202407.1311.03446655-IA-390, extraído dos autos do processo 0000192-85.2022.5.23.0101, em trâmite na 1ª Vara do Trabalho de Lucas do Rio Verde/MT (TRT23ª Região).

-AV12/95.210: PENHORA: conforme Despacho com força de ofício expedido aos 29 de outubro de 2024 pela 1ª Vara do Trabalho de Lucas do Rio Verde/MT, extraído do processo 0000192-85.2022.5.23.0101

DATA DA AVALIAÇÃO: 08/10/2024. VALOR DA AVALIAÇÃO: R\$ 450.000,00.

CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

1º Leilão: 100% do valor da avaliação, com possibilidade de parcelamento em até 24 (vinte e quatro) vezes, acrescidas de correção monetária pelo índice INPC (art. 895, §2.º, CPC), sendo necessário o pagamento mínimo à vista de 25% do lance (art. 895, § 1º, do CPC) e a comissão do leiloeiro designado (5% do valor da arrematação), cujo pagamento deverá ser comprovado em 24 horas, com o vencimento da 1.ª parcela para 30 (trinta) dias após o pagamento da entrada.

2º Leilão: 50% (cinquenta por cento) do valor da avaliação, com parcelamento em até 24 (vinte e quatro) vezes, acrescidas de correção monetária pelo índice INPC (art. 895, §2.º, CPC), sendo necessário o pagamento mínimo à vista de 25% do lance (art. 895, § 1º, do CPC) e a comissão do leiloeiro designado (5% do valor da

arrematação), cujo pagamento deverá ser comprovado em 24 horas, com o vencimento da 1.^a parcela para 30 (trinta) dias após o pagamento da entrada.
DEPOSITÁRIO: Juliana Rodrigues da Silva – CPF: 341.460.818-90 (Id fa76a35)
ENDEREÇO: Rua Maria da Piedade Camargo, 148 – Jardim Santo André – Hortolândia/SP.

LOCAL ONDE SE ENCONTRA O BEM: Rua Maria da Piedade Camargo, 148 – Jardim Santo André – Hortolândia/SP..

Eu, Antonio Carlos Hubel Penha, Diretor de Secretaria, de ordem, digitei o presente Edital que vai assinado pelo(a) Juiz(íza).

Lucas do Rio Verde- MT, 30 de julho de 2025

André Gustavo Simionato Doenha Antonio
Juiz Titular do Trabalho